

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.654 - SP (2018/0340100-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : GUSTAVO DE VASCONCELOS BIANCHI
ADVOGADOS : ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA - SP023183
LETÍCIA MULLER - SP262685
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. POSSIBILIDADE. MINUTA DE AGRADO QUE NÃO INFIRMA ESPECIFICAMENTE O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça possui atribuição para, antes da distribuição, não conhecer de quaisquer recursos inadmissíveis, prejudicados ou que não tiverem impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida, nos termos do art. 21-E, inciso V, do RISTJ.

2. O princípio da dialeticidade, conforme se extrai do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3.º do Código de Processo Penal, impõe ao recorrente o ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada, impugnando direta e especificamente todos os fundamentos nela lançados para obstar sua pretensão.

3. A Corte de origem não admitiu o recurso especial em razão da impossibilidade de reexame fático-probatório (Súmula n.º 7/STJ) e da conformidade da decisão recorrida com a jurisprudência desta Corte Superior (Súmula n.º 83/STJ). Contudo, nas razões do agravo contra essa decisão, o Agravante deixou de rebater, especificamente, os referidos fundamentos, limitando-se a afirmar genericamente a presença dos pressupostos recursais e a repetir as razões do recurso especial.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora